

## **Gabriele Malagrida: importância de seu resgate para a memória brasileira**

*Elizabeth Hazin\**

O arquivo se dá em fragmentos àquele que o consulta, por mais que este persiga uma totalidade que se lhe afigurará sempre inalcançável. O arquivo é um espaço tão insólito, que grandes forças no universo material se coalizam para conjurá-lo, engendrando o esquecimento em que tombam as línguas, o incêndio das bibliotecas, o perecimento dos manuscritos. Parece que tudo se acumplicia para promover esse inalcançar a totalidade: documentos dispersos, caligrafias indecifráveis, destruição dos suportes, desconhecimento do que procurar, pois somente muito lentamente vai afinal sendo desvelado o que se procura, sem que às vezes se saiba sequer estar procurando. O arquivo exige paciência, devotamento, doação. Debruçado sobre ele, o pesquisador espera encontrar o imã que de novo organize as palavras, que as extraia do caos em que se encontram, que articule a história dos fatos, a seqüência mesmo em que se deram. É preciso descobrir o mecanismo da construção laboriosa feita de tempo e do acaso que ali reúne papéis e imagens. Cada fragmento gravita em torno das fontes: é o que torna mais instigante a aproximação. É preciso desentranhar daqueles papéis as histórias que fazem a história. Somente assim, o estudo do arquivo corresponderá à ampliação do campo de referências que se possui sobre um fato ou sobre um personagem.

A pesquisa – verdadeira caça aos originais, aos textos, às coleções – desencadeia um processo irreversível e o pesquisador se surpreende com o que vem à tona, com o que emerge dos fragmentos, revelando dados que não supunha existissem encobertos pela pátina do tempo. Tomado genericamente – como *locus* de investigação – o arquivo parece perfeito, em sua quietude e sua potencialidade, ainda que as imagens que talvez melhor representem a sua idéia e realidade sejam aquelas que conseguem dar conjuntamente o sentido do tempo, do espaço e do movimento.

O assunto de que tratarei especificamente aqui – e que alude ao Brasil do século XVIII – foi matéria por mim encontrada casualmente no Arquivo Romano da Companhia de Jesus, em Roma, enquanto à altura do ano de 1994 examinava não apenas os catálogos, mas também toda a coleção da Revista publicada pelo AHSI (Arquivo Histórico da Sociedade

de Jesus), coleção que tem início em 1932 e cujas seções abarcam artigos de autores jesuítas e externos, a publicação de textos inéditos do arquivo, bibliografia histórica atual da Companhia, além de resenhas críticas de livros que tratam de assuntos relativos à Ordem.

A escolha do assunto – surgida exatamente dessas leituras iniciais – foi encorajada por dois motivos. O primeiro deles, a recorrência do nome – até então nunca ouvido – de Gabriele Malagrida, em breve espaço de tempo e em lugares os mais diversos: 1) em diferentes publicações e documentos no próprio arquivo, em Roma; 2) em uma biblioteca de outra cidade italiana, por ocasião de consulta sobre assunto inteiramente diverso; 3) em uma das epígrafes do romance de Stendhal (*O Vermelho e o Negro*), que sem outro motivo que não o do prazer da leitura resolvera rever naquela ocasião, o que terminei não fazendo; 4) em uma livraria em que me vi folheando um livro sobre cenários do século XVII. O segundo, ter o personagem em destaque nascido na Itália (onde me encontrava, o que a meu ver facilitava a busca), e ter vivido por 30 anos no Brasil (para onde estaria eu depois voltando, o que asseguraria a continuidade da mesma).

Duas coisas me chamaram a atenção de imediato, mal comecei a ler sobre a figura do missionário: sua morte cruel e despropositada, e o esquecimento em que mergulhara sua memória. Como se explicava que eu, brasileira, estudiosa da literatura de meu país, com leituras em áreas afins, jamais tivesse ouvido o nome de um homem que por 30 anos atravessara precisamente o nordeste brasileiro, aí deixando marcas tão fortes de sua presença?

Quando mais adiante comecei a ler trabalhos biográficos sobre Malagrida, onde se vê uma grande quantidade de nomes de pessoas e de lugares que são familiares, já que vinculados ao próprio nordeste brasileiro, aumentou em mim a sensação de que a memória dos acontecimentos perdera-se: como alguém tão reverenciado em toda a extensão que ia do Pará até a Bahia, em um determinado período da história, pôde ter tido seu nome anulado de modo tão completo? A meu ver, tal pesquisa traria de volta aos brasileiros a memória de um de seus missionários mais importantes, além de revelar detalhes da vida dos índios, dos colonos e da Igreja, no Brasil do século XVIII, bem como detalhes do tão controvertido período pombalino, em Portugal.

A partir daí, todas as buscas no arquivo passaram a ser orientadas no sentido do objeto da escolha, tomando dois rumos paralelos: o da leitura das bibliografias da Companhia – livros escritos por membros da Ordem ou por externos, com a finalidade de verificar o que – da autoria de Malagrida – já havia sido publicado, e a triagem do material manuscrito, visando à

microfilmagem, a fim de ter acesso, no Brasil, a material que jamais poderia ser lido e transcrito dentro do curto espaço de tempo que se me oferecia.

Nem todos os documentos de ou sobre Malagrida encontram-se no arquivo de Roma. Muitos estão espalhados pelo Brasil e Portugal. Muita coisa ainda foi destruída por Pombal, após a morte do missionário, mas com que intuito? O de cancelar em definitivo seu pensamento? Não creio, embora alguns autores afirmem que a ele Malagrida talvez tenha parecido mais perigoso na morte que em vida. Todavia, o estágio no arquivo teve o mérito de me apresentar o personagem, além de acenar a várias possibilidades de continuidade da pesquisa. A biblioteca do arquivo, com textos históricos e biográficos, também foi de grande valia.

A coleção de cartas e documentos de Malagrida, dispersos em arquivos brasileiros, italianos e portugueses, totaliza 55 itens: cinqüenta e duas cartas (das quais dezesseis estão depositadas no Arquivo Romano da Companhia de Jesus), dois atestados e o livreto a respeito das causas do terremoto de Lisboa, publicado em 1756. Das cinqüenta e duas cartas, dezesseis foram escritas do Brasil (entre 1722 e 1753, ano em deixou o Brasil); três, do Pará (Belém); nove, do Maranhão ( Missão de Tapicuru, Mearim, S. Luis); uma, da Bahia (Salvador); uma, da Vila do Icó (Ceará); uma, de Pernambuco e uma, do Rio S.Francisco, ambas sem maiores especificações quanto à localização. Dessas dezesseis cartas aqui elencadas, oito foram redigidas para o Padre Geral da Companhia; duas, para a família na Itália; duas, para a Rainha D. Mariana e três para outros religiosos. Oito delas estão escritas em latim; quatro, em italiano e quatro, em português. O maior conjunto de cartas suas para um mesmo destinatário encontra-se no Brasil, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. São dezessete cartas escritas em português e destinadas à Marquesa de Távora, em Lisboa. Foram todas escritas de Setúbal, entre 1756 e 1758. Hoje integram o Processo dos Marqueses de Távora.

Em sua História da Companhia de Jesus no Brasil, Serafim Leite se refere, ainda, a dois brevíssimos excertos de cartas de Malagrida, escritas de Setúbal à Condessa de Atouguia, filha da Marquesa de Távora, em *A última condessa de Atouguia – memórias autobiográficas*, publicado em 1916, por Valerio Cordeiro.

À medida que avançava no conhecimento dos documentos existentes no Arquivo da Companhia, mais ainda me chocava o total obscurecimento em que jazia sua memória: conhecido como “Apóstolo do Brasil”, na Itália e em Portugal, aqui ninguém mais parecia saber quem teria sido Gabriele Malagrida. Descobri nesse homem uma imensa sede de sofrer por um

Cristo em que acreditava acima de tudo, de fazer penitência. De maneira contínua - e voluntariamente - se martirizava a si próprio. Comia pouquíssimo (e nunca peixe, carne, ou vinho): alguns legumes, pão, uma fruta, bastavam-lhe. Ao sono concedia poucas horas e, mesmo assim, deitava-se sempre vestido, estendido diretamente sobre o solo ou sentado em uma cadeira. Trazia sempre consigo, mesmo nas longas viagens que fazia, um cilício duplo na carne, cheio de pontas, além do que se flagelava duramente com uma corrente de ferro, às vezes até mesmo em público. Pensava talvez assim quebrar a dureza de algum pecador mais obstinado, comover de modo mais eficaz o povo a fazer penitência e a orar. Hoje nos parece até um milagre que durante trinta anos tenha atravessado as terras do Nordeste brasileiro, sempre disposto, sempre pronto a enfrentar novas situações de confronto com tribos supostamente hostis, a desfazer querelas entre colonos, a pregar e a construir infatigavelmente escolas, conventos, casas de penitência. Não é, pois, de admirar que, após tudo isso, conseguisse a unanimidade de todo o Brasil daquela época em torno do epíteto de “Santo”, mais ainda, de “grande santo”. As pessoas disputavam-lhe pedaços da roupa, aos seus olhos relíquias preciosas. Numerosos são os relatos nas biografias desse homem a respeito de “milagres” que teria operado. Sem dúvida tratava-se de alguém que se impunha por uma força não material, carismática.

“Se o maior serviço que pode fazer um cidadão fiel à sua pátria, é descobrir-lhe os inimigos mais perversos e perniciosos, que lhe maquinam ruínas, e tragédias as mais funestas e deploráveis à sua monarquia; a esta palma certamente me obriga anelar com todo o empenho a compaixão, e dor inexplicável que me aflige, de ver (por causa destes abomináveis contrários) em decadência uma corte tão rica, tão bela, tão florescente, debaixo do suave e pacífico império de um rei pio e fidelíssimo, que podia causar inveja às mais opulentas cortes de todo o mundo; e uma não mal fundada esperança de podermos descobrir remédio, e achar meio com que torne ao esplendor e felicidade primeira, todas as vezes que estes fatais opositos da felicidade pública forem abatidos. Sabe, pois, oh Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos de seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que a trazem ainda tão inquieta, e fora de sua natural firmeza, não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenômenos, não são contingências ou causas naturais, mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados”.

A escrita não acolhe o clangor, a salva de canhões, o desencadear triunfante dos rumores, mas, antes, o silencioso fluir da linguagem através de registros e claves de uma delicadeza inimaginável, cuja missão é

escolher, matizar, eleger tacitamente os vocábulos. As palavras acima transcritas, pejadas de uma retórica muito particular, própria da época e do espírito que as molda, são palavras de Gabriele Malagrida, na abertura do opúsculo que escreveu por ocasião do terremoto de Lisboa, em 1755, desencadeando em Sebastião José de Carvalho ira tão violenta, que o levou a queimar na Praça do Comércio, todos os exemplares que ainda pode encontrar, dez anos após a morte de seu autor. Por causa do “Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755”, publicado em Lisboa no ano de 1756, com todas as licenças civis e eclesiásticas, foi Malagrida desterrado para Setúbal e até o momento do garrote, sofreu por parte de seu algoz as mais terríveis perseguições.

Além de suas cartas, constitui esse texto o único ainda existente desse jesuíta italiano que, segundo consta, teria escrito três peças dramáticas para uso dos colégios italianos em que ensinava gramática e retórica – *A fidelidade de Leontina*, *Santo Adriano* e *Amanus* – (trata-se de informação contida em texto de Sommervogel, que todavia não dá maiores indicações bibliográficas), além de outra intitulada *Vida e conversão de Santo Inacio*, para representação na Igreja do Colégio do Maranhão, em 1735, o que pode ser atestado às folhas 287-288 de Bras. 26, um dos itens documentais sobre o Brasil, no Arquivo Romano da Companhia. Serafim Leite, na História da Companhia de Jesus no Brasil, Tomo IV, Livro V, Capítulo IV, p. 299, mostra o papel desempenhado pelo teatro nas pregações de Malagrida. Segundo o autor, todo o êxito do missionário como pregador se deve ao pendor natural que este tinha para a representação teatral, para o visual, de que o povo tanto gosta. Andava sempre acompanhado pela imagem de N.S. das Missões, colocando-a em um tablado, como quando inaugurou, em 1752, a Casa de Recolhimento para Mulheres no Maranhão, ou “revestida com os magníficos enfeites que lhe deram os príncipes de Portugal, sobre um leito de flores, em meio de lírios e rosas”, conforme as palavras de Mury em sua biografia de Malagrida, citadas por Leite nesse mesmo capítulo.

Teria escrito, ainda, dois livros considerados heréticos, e nunca vistos, a não ser na transcrição do processo inquisitorial que, conduzido pelas mãos do mesmo Sebastião, culminou com sua morte: estrangulado e queimado no Largo do Rocio, aos 21 de setembro de 1761. São esses livros: “A heróica e admirável vida da gloriosa Santana, Mãe de Maria Santíssima, ditada da mesma santa, com assistência, aprovação e concurso da mesma Soberana senhora e seu santíssimo filho” e “Tratado da Vida e Império do Anticristo”, ambos encontrados no Processo do Padre Gabriele

Malagrida, na Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, maço 8064. Muitos dos biógrafos não aceitam como saídos da pena de Malagrida esses dois livros. Alegam a impossibilidade física do ato, dentro de uma masmorra, sem qualquer facilidade (papel, tinta, posição adequada, luz necessária). Acusam o próprio Pombal de tê-los feito escrever através de um ex-capuchinho, conhecido como abade Platel, com a única finalidade de entregar o Jesuíta ao Tribunal da Inquisição. Entretanto, Ilario Govone – jesuíta italiano que vive no Brasil há muitos anos e se dedica ao estudo da vida de Malagrida, a pedido do Vaticano, e com quem me encontrei em João Pessoa (PB) logo após meu retorno da Itália, afirma ter quase certeza de ter reconhecido na caligrafia dos textos que constam do Processo – hoje guardado na Torre do Tombo – aquela do missionário. Qualquer modo – e quanto a isso, muitos autores concordam –, ainda que tivesse sido Malagrida a escrever tantos absurdos, a única coisa que poderia ser através deles provada era o estado de demência em que se encontrava o jesuíta, há três anos encarcerado nas prisões portuguesas.

“Trinta anos de apostolado em meio às florestas do novo mundo, entre os povos selvagens do Maranhão e nas vastas dioceses do Brasil. Dez outros anos gastos em pregar a cruz de Jesus Cristo ao povo e à corte de Lisboa. Depois, quase em recompensa desses quarenta anos consagrados a promover os interesses da Igreja e de Portugal, uma injusta sentença dos juízes sem autoridade e sem consciência, em nome de Portugal e da própria Igreja. E ao fim, depois de três anos de penas inauditas nos úmidos subterrâneos da Torre de S. Juliano, uma morte de mártir na última fogueira da Inquisição Portuguesa, erguida por ordem de Pombal, eis aqui o resumo da vida do Padre Malagrida.” Com essas palavras, o Pe.francês Paolo Mury, da mesma Companhia, abre o prefácio que escreveu à sua biografia de Malagrida – elaborada após o exame meticuloso de impressos e de inéditos sobre o martírio do jesuíta italiano –, em 1864, mais de 100 anos passados, portanto, desde o seu suplício. Dez anos após sua publicação em Paris, foi “trasladada a vernáculo” por Camillo Castelo Branco, que se tornara, de longa data, amigo e correspondente do biógrafo.

Gabriele Malagrida nasceu em Menaggio, pequeno lugarejo às margens do Lago de Como, no norte da Itália, a 5 de dezembro de 1689, embora se leiam nos Catálogos do Maranhão as datas de 18 de dezembro (nos primeiros) e 18 de setembro (nos últimos). No entanto, é exatamente 5 de dezembro que aparece no Livro de Baptizados, na sua paróquia, de acordo com Kratz, autor de um texto sobre o jesuíta (Apud Serafim Leite, in História da Companhia de Jesus, 1940), a mesma data, aliás, que se vê na placa aposta na parede da entrada de sua casa natal.

Seus pais eram extremamente religiosos, tendo três de seus filhos, entre eles Gabriele, se dedicado à vida religiosa. Sua entrada na Companhia de Jesus deu-se em Gênova, a 23 de outubro de 1711, estando ele, então, com 22 anos incompletos. Expressou seu desejo de seguir para as missões, e converter à religião católica aqueles que desconheciam Deus. No entanto, considerado ainda muito jovem, foi encarregado de ensinar Humanidades e Gramática em várias escolas da Península. Um dos lugares por onde passou foi a Ilha de Córsega, que ainda não pertencia à França. Foi lá que escreveu uma de suas peças dramáticas, que contestava o poder, segundo alguns autores, intitulada *Amanus*, e utilizada para fins didáticos na escola, a mesma inclusive que chegou a pensar em representar no fim de sua vida, em Setúbal, no que foi sabiamente impedido por um colega, que lhe apontou o perigo de Pombal ver-se ali retratado, o que só lhe aumentaria as penas. Passou a Gênova e desse porto seguiu finalmente para Lisboa, de onde embarcou para as Missões do Maranhão e do Pará, no ano de 1721. Fez de um tudo: Professor de Literatura, de 1727 a 1728 e de Teologia, de 1730 a 1735, além de Padre Espiritual, no Colégio de S. Luis; Missionário nas aldeias; Pregador popular nas vilas e cidades, do Pará à Bahia; Construtor e fundador de Conventos, Igrejas, Casas de Recolhimento para mulheres, Casas de Exercícios Espirituais, Seminários para o Clero. Quando esteve na Corte, em 1750, já sua fama o precedera, como Apóstolo do Brasil, e D. João V enviou-lhe a lancha real para trazê-lo do navio a terra. Foi ele que preparou o rei para a Morte, através dos exercícios espirituais e confessando-lhe os pecados. Torna ao Brasil no ano seguinte, tendo como companheiro de travessia o irmão do novo Secretário de Estado, que ia como governador e não se demoraria muito em declarar-se inimigo das Missões. Dá continuidade aos seus trabalhos, até receber o chamado de D. Mariana que o queria em Lisboa, a fim de preparar-lhe também a ela para a morte que já pressentia próxima. Atravessa em 1753 pela quarta e última vez o oceano, encontrando aí o rei José I no trono, mas no governo, o Marquês de Pombal, cuja hostilidade ao clero era de todos conhecida. Após a publicação do livrinho dando as causas do terremoto de 1755, em que Malagrida pregava a reforma dos costumes, Pombal deu-se por aludido e desterrou o jesuíta para Setúbal, em setembro de 1756, onde ele continuou a receber a nobreza da corte portuguesa que para lá se dirigia a fim de - sob sua orientação - fazer os exercícios espirituais. Quando em 1758, ocorreu o suposto atentado ao rei, e sobreveio o que ficou conhecido como “Conjuração dos Fidalgos”, Malagrida foi acusado não só de participar da mesma, mas de ter sido ele próprio o cabeça da maquinação contra o Rei. Encarcerado nas prisões da Junqueira, passa penas terríveis ao longo de três anos, até que seu inimigo pessoal, o Marquês de Pombal,

denuncia-o à Inquisição, como herege, pela escritura dos livros já referidos anteriormente.

A volta definitiva de Malagrida à Europa se dá em 1753, antes – portanto – do advento de certas medidas tomadas por Pombal que viriam a transformar a cena brasileira, tais como a criação de companhias privilegiadas de comércio (em 1755 e 1759), a extinção da escravidão indígena (em 1757) e o incentivo da miscigenação entre brancos e índios, e a controvertida expulsão dos jesuítas seguida do confisco de seus bens (1773). Qualquer modo, a documentação de Malagrida relativa ao Brasil, composta de sua correspondência (ativa e passiva), requerimentos, documentos cartoriais e cartas régias, cobre o período que vai de 1722 a 1753, o que contabiliza trinta anos, e através da qual nos é facultada a possibilidade de desvendar significados relativos à catequese, à vida dos missionários e dos índios, à relação Estado/Igreja, à retórica religiosa da época, enfim, significados que concernem ao cenário brasileiro de grande parte da primeira metade do século XVIII.

“Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor, em resposta à sua venerada ordem de lhe dar algumas notícias sobre os lugares percorridos durante minhas campanhas apostólicas, bem como das igrejas e capelas que visitei, eis-me aqui, diante do senhor!”

Trata-se do início de uma das cartas escritas por Malagrida, encontrada há alguns anos na Biblioteca Nacional de Lisboa (Reservados 1527) e publicada na *Revista dos Jesuítas Missionários Italianos*, Milão, 1991. Terá sido escrita provavelmente entre 1738/1739, esclarece uma pequena Introdução à publicação da mesma, e enviada de Salvador a Lisboa, para D. Ignacio de Santa Tereza, arcebispo de Goa (Índia), bispo de Algarve (Portugal), e ainda, talvez devesse dizer sobretudo, conselheiro do Rei para assuntos referentes à evangelização. O trecho aludido revela tratar-se tal carta de resposta a uma ordem, espécie de prestação de contas à Coroa. Embora não apareçam no corpo da missiva local e data, há indícios que lançam luz sobre a questão. Escreve Malagrida: “caminho por esta capital”, referindo-se naturalmente a Salvador, onde em 1738 precisamente, dá início à construção do recolhimento da Soledade. Como se sabe ter o missionário empreendido uma longa viagem que teria durado dezessete meses e mais de 1800 Km, de S. Luis a Salvador, é possível depreender-se o período em que escreve a D. Ignazio, a partir de uma data citada já no segundo parágrafo da carta.

O ter recaído sobre ela a escolha para aqui representar metonimicamente o universo epistolar malagridiano, se deu por vários

motivos: em primeiro lugar, por ter sido escrita em português; em segundo, apresentar-se completa; em terceiro, por ser relativamente extensa – ocupa 7 folhas – e finalmente, por constituir-se em instrumento perfeito de revisitação do passado e da apreensão – entre outras – de novas imagens do espaço geográfico e do índio brasileiros, ou seja, constituir-se em uma pedra a mais do imenso mosaico iniciado com a carta de Caminha.

O que nela surpreende é que sendo avessa a qualquer efeito, isenta de toda intenção literária, consiga ser impressiva e dizer o sentido do Brasil e, mais especificamente ainda, o sentido do espaço religioso brasileiro, interessando-nos em sua leitura. Refere-se ele aí, primeiramente às freguesias, estruturas provisórias da Igreja, que antecedem as paróquias e são ligadas à comunidade local, bem como à Matriz, a igreja principal, de que dependem as freguesias e as igrejas menores e, como em resposta a pedido anteriormente feito pelo destinatário, prefigura com fidelidade seu percurso (incluindo cidades e lugarejos e rios e sertões e tribos indígenas), dando a relação das Igrejas e capelas visitadas e muitas vezes até recuperadas. Muito embora esta carta se nos apresente como um painel quase monocromático, tão recidivo é o assunto, seu discurso deixa entrever certos detalhes que merecem ser apontados.

Primeiramente, vejamos alguns dos locais por ele citados, numa tentativa de acompanhar-lhe os passos e conhecer os caminhos das missões. Seu périplo tem início na cidade de S. Luís do Maranhão, no dia 31 de julho de 1737, dia da morte do “nosso Santo Patriarca Inazio”, que seu fervor religioso não deixa passar a oportunidade de lembrar. (...)A seguir já o vemos – após um trecho por mar – nos sertões do Piauí. Sobe o rio Itapicuru em uma canoa em visita a duas nações de bárbaros, que eram assim tratados à época os índios brasileiros. Refere-se a Aldeias Altas (atual Caxias), às margens do mesmo rio, e a Surubim, Piracurucá, Mocha, Gurgueia, Parnaguá. De Parnaguá, passa então ao Rio S. Francisco, Barra do São Francisco, Boqueirão, Jacobina, Sento Sé, Salinas, Figueiras, Anhambupe, Vila de S. Lucia, Estancia, Jeremoabo, rio Piauí, Santo Amaro da Pitanga, além de referir-se mais de uma vez – de modo indireto – a Salvador: “... e de lá me mandaram dinheiro suficiente para uma imagem de Santo Antônio, (que já foi encomendada) para patrona da mesma capela. Está pronta e espera ser transportada da Capela do Recolhimento do Coração de Jesus, na Soledade”. “...especialmente o vigário que já veio pessoalmente fazer-me o pedido no Colégio”.

Através de certos trechos torna-se possível descobrir a dimensão religiosa missionária deste homem que incansavelmente construía igrejas e conventos, escolas e seminários, numa tentativa de povoar e de evangelizar, de civilizar o que era bárbaro, no seu modo de ver, de ocupar os imensos

desertos por onde passava. A respeito das regiões do S. Francisco, escreve: “olhando aquelas terras infinitas, tão distantes das suas freguesias e encontrando-lhes na impossibilidade moral de receber os Santos Sacramentos na hora e no tempo mais urgente sobre todos, que é aquele da morte”. Embora exale fervor, santidade, seu discurso deixa claro que a realidade é vista através da ótica portuguesa, como não podia deixar de ser: “depois que Nosso Senhor me deu a graça de amansar aquelas nações bárbaras e famosas pelas muitas guerras e destruição”. A lista de todos os lugares de culto e de recolhimento erguidos por Malagrida na região que vai de Belém a Salvador é imensa. Cito algumas: Colégio de Santa Tereza, em S. Luis do Maranhão; Convento da Soledade (Bahia), Capela e Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus, em Igarassu (PE), uma das cidades mais antigas do Brasil. É bem verdade – e é importante ressaltar aqui esse aspecto – que através de suas palavras em muitos trechos dessa carta e nos de outras, bem como através das palavras dos biógrafos e dos jesuítas que sobre ele escreveram, percebe-se que essa dimensão religiosa a que me referi acima, decorre de uma certa ingenuidade, nunca, entretanto, apontada por eles, autores. Malagrida é crédulo demais, fervoroso demais. A cena de seu primeiro encontro em Portugal com o Ministro de D. José I, que só lhe acontecerá alguns anos mais tarde, e a que todos os biógrafos se referem como uma cena em que ele demonstra extrema coragem e capacidade de contestar o poder, para mim está destituída de tal atributo: nasce de uma espontaneidade que o leva a dizer o que sente, sem medir as consequências, em parte originária de um exagerado fanatismo religioso que se torna tanto mais evidente quanto mais ele se aproxima da morte. Atingirá o ponto máximo por ocasião de seu confronto com o Tribunal da Inquisição, de que o Processo, guardado na Torre do Tombo em Lisboa, é a prova cabal. É uma figura patética que ouve sua sentença de morte sem qualquer perturbação, que pede perdão a Deus pelos pecados e aos presentes, caso lhes tivesse dado algum mau exemplo. Que segue para o Rocio com um barrete de palhaço na cabeça e uma espécie de batina enfeitada com demônios de papel colorido, no meio de cinqüenta e dois outros sentenciados, os figurantes de um drama onde somente Malagrida foi morto. Talvez pudesse ser dito que tal modo de ser o transforma em personagem, inteiramente condizente com os que a literatura de seu século produziu: natural, ingênuo, ético, espontâneo, crédulo, não contaminável, como se fora ele próprio a síntese de todas as qualidades pensadas para o homem daquela época. “Em seu rosto, onde transparecia uma nobre dignidade, lia-se índole modesta e branda; ordinariamente estava pálido, mas, se falava das coisas de Deus, purpureavam-se-lhe as faces; brilhavam-lhe então os olhos com uma cintilação de extraordinário fulgor; todo o seu

exterior suspirava santidade, e ninguém que o visse deixaria de respeitá-lo e venerá-lo". Assim poderia muito bem começar um romance, no entanto se trata de trecho da biografia de Malagrida escrita por Matias Rodrigues, que o conheceu pessoalmente nas missões do Maranhão. Devo dizer, ainda, que todas as biografias de Malagrida que li, assim como a grande maioria dos ensaios e artigos sobre ele (incluindo-se aqui os mais recentes, dessa década), enaltecem a sua figura e seus feitos missionários, sem manter, no entanto, a necessária distância crítica. Aparentemente se deixam envolver por seu carisma, por um certo clima de exaltação religiosa, o que dificulta sobremaneira a apreensão dos fatos e a sua real dimensão na sociedade da época. Sua morte – e não me refiro naturalmente ao seu desaparecimento, mas à maneira como tudo foi execravelmente conduzido até a fogueira do Rocio – terminou contribuindo sem dúvida alguma para o surgimento e manutenção dessa aura de santidade, que só os mártires, em sua loucura, conseguem irradiar. A morte de Malagrida causou revolta e tumulto para além dos domínios de Portugal. De toda parte, imediatamente após o 21 de setembro de 1761, levantaram-se as vozes daqueles que em nome da justiça condenaram o ato de Pombal que, concentrando em Malagrida sua ira contra os jesuítas e contra o providencialismo que propalavam – levou à morte tão bestial um velho já demente que dedicara todos os seus anos à causa que o mantivera vivo na vida. Uma dessas vozes foi a de Voltaire, que em seu *Précis du siècle de Louis XV* escreve, referindo-se à morte de Malagrida: “o excesso de ridículo e de absurdo aliou-se ao excesso de horror”.

No capítulo V da biografia do Pe. Mury, intitulado “O Pe. Malagrida entre os selvagens Tabajaras, Caicasis e Guaranis (1724-1726)”, após descrever a ferocidade dos caicasis e suas intermináveis guerras com os portugueses, o autor dedica um parágrafo para descrever o método de aproximação utilizado por Malagrida (se é que podemos assim nos referir a algo que nele era absolutamente espontâneo e desprovido de qualquer artificialidade ou intenção outra, que não a de evangelizar): “A primeira coisa que fez o Padre foi aprender a língua deles. Depois, com palavras amorosas e pequenos presentes ia ganhando a confiança deles. Visitava-os freqüentemente nas cabanas, cuidava dos doentes e distribuía bocados que mendigava para eles, muitas vezes tirando o próprio pão da boca para lhes dar. Com essas e outras indústrias que lhes sugeria a sua incansável caridade conseguiu em pouco tempo ganhar a estima e ainda o afeto daqueles bárbaros, os quais começavam de boa vontade a prestar ouvidos às suas instruções. A índole feroz deles foi se amansando com o benigno influxo da celeste doutrina: pouco a pouco desistiram de seus costumes brutais e para imensa consolação do santo homem que incessantemente

implorava as bênçãos divinas para as suas obras, a maioria daquela tribo selvagem regenerou-se na água do santo batismo. Não satisfeito com isso, já começava a pensar em novas conquistas”. (Tradução livre de texto italiano, manuscrito, encontrado em uma biblioteca de Firenze. Nunca publicado, ao que parece, na Itália. O original sendo francês).

Tornando à carta de Malagrida, chamo a atenção para o parágrafo abaixo, sobre Estância, segundo ele um lugar moderno, maior e melhor do que a Vila de Santa Lucia, de cuja freguesia fazia parte, trecho que revela talvez uma postura já agora percorrida por um frêmito mais pessoal e íntimo:

“Por fazer muito calor na tarde do último dia das Missões, convidei todos a carregar pedras, tendo eu mesmo saído a campo, com dois padres companheiros meus. Que espetáculo belo e santo de se ver! Toda aquela multidão, que terá sido mais de 4000 pessoas como afirmaram os nossos padres, acorreram ao glorioso trabalho carregando as pedras e cantando os hinos das Missões. Limpavam todo um rio cheio de pedras. E como não houvesse naquele aperto bois que ajudassem no transporte, não se envergonhou uma boa escolta de jovens de puxar uma carroça como se fossem bois eles próprios. Cena que não se sabe se convidava mais a rir pela novidade ou a chorar pela devoção e ternura que inspirava”.

Suas cartas são documentos que se revelam preciosa fonte de informações sobre o homem Malagrida e sobre seu olhar posto no Brasil, país tecido com o auxílio do imaginário europeu. Nelas, todo um potencial de superabundância verbal, de licença metafórica. Por mais que sejam permeadas de recursos retóricos, conseguem comunicar interioridade, plenitude, dor, exaltação religiosa. Sua DESCRIÇÃO DOS FATOS E DA PAISAGEM BRASILEIRA, DOS RIOS E DOS POVOS BÁRBAROS, se nos afigura profundamente conforme a textura das coisas. Sobretudo não se desvincula do que se espera encontrar em textos dessa natureza. Não se pode esquecer que são em sua grande maioria cartas-relato de um missionário, prestando conta de seus atos aos superiores. E aí, como a linguagem, definida em seus efeitos de código de trocas comuns – pode ser considerada como privada? Em que medida, a expressão verbal, o campo semiótico em que o escritor se move constituem um idioleto, um discurso singular?

Malagrida aguça no leitor o instinto do lugar, reforça sua compreensão do particularismo geográfico, torna translúcidas questões relativas à origem do dinheiro para a construção e reforma de tantas igrejas e capelas.

Imediatamente após relatar a cena dos jovens puxando a carroça como se fossem os bois que não havia, ele entra direto no assunto que talvez – acima de todos os demais nessa carta, recurso de resto já utilizado por Caminha – lhe interessasse falar ao Conselheiro do Rei, e ainda mais considerando que um dos encargos da Coroa era justamente o de construir e conservar os locais destinados ao culto: “De todos esses fervores, compreenderá Vossa Excelência que se no calor das Missões tivéssemos uma ajuda de sua Majestade, faríamos com o pouco muito, quando sua Majestade com o muito que dá não pode fazer senão pouco. Explico-me com um exemplo: por ordem de sua Majestade se fez uma empreitada para a Igreja de Jeremoabo por vinte e cinco mil cruzados e me certificou o Mestre que leva adiante toda a fabrica e em nome de quem se fez a empreitada, que com o mesmo dinheiro faria de boa vontade quatro igrejas do mesmo tamanho”. É o modo que encontra de pedir, demonstrando reconhecer que recebe, que sabe que conta com a Coroa. E prossegue, deixando claro não ter lançado mão do dinheiro real quando poderia tê-lo feito, demonstrando ser criterioso e cioso dos bens postos à disposição da Companhia: “Nessa empresa e aproximação dos bárbaros pelo deserto, não solicitei qualquer ajuda, que a suma piedade e zelo de nossos monarcas oferecem do Erário Real para tais empreendimentos, como consta de suas leis enviadas ao Maranhão e Pará”. Chamo atenção para o “suma piedade e zelo de nossos monarcas”.

A carta propicia ao leitor uma visão da vida que aqui levavam os missionários àquela época no Brasil, bem como traz informações relativas às fases econômicas por que passavam as regiões: “Levaram-me a Figueiras e lá verifiquei que a capela de São Miguel, antigamente famosa e opulenta (quando o ouro corria em abundância por essas paragens), agora está toda aberta e em ruínas. Tive de trabalhar para que se erguesse uma outra em pedra e cal”.

Logo no início, Malagrida se refere a um fato, que sugere uma certa manipulação das pessoas por parte dos jesuítas, em nome de Deus e da Igreja. Afinal de contas, acreditavam ser os responsáveis pela educação de todas aquelas almas e deviam lhes passar a idéia de obediência cega, inclusive à autoridade do Estado (“lhes levei [ uma nação indígena] ao conhecimento de Deus e vassalagem de Sua Majestade, com todos aqueles perigos e fome e sede e trabalhos que Deus sabe”. Mas eis o fato a que quero me referir: “Foi neste tríduo e no mesmo dia de Santo Inacio que Deus Nosso Senhor permitiu aquele horrível castigo público (ad exemplum et confirmationem) de sua palavra divina: *Qüi vós áudit mé áudit éti Qüi vós spéruit mé spéruit*. Foi o corte violento da espada do Onipotente na vida e pessoa de Francisco Preto de Almeida, ourives de grande habilidade.

Um inimigo seu que numa briga o feriu gravemente em um braço e esteve em fim de vida. Arrependido se aproximou durante a procissão penitencial, ao palco onde eu pregava, para pedir perdão e fazer a paz com seu inimigo. Este, chamado, não quis comparecer. Eu o ameacei três vezes que se não comparecesse, Deus o chamaria por outro caminho mais rápido. E deu-se que não veio por mais de 24 horas. Na mesma hora em que lhe dei o aviso, no dia seguinte, morreu de morte tão rápida e tirana, que não houve como atendê-lo espiritualmente, entregando sua alma antes que seu ódio”.

Deste trecho se infere, além da autoridade de que se sentia investido Malagrida, a sua crença na sua própria capacidade premonitória. Era dado a ouvir vozes, a ter visões. Quando D. Mariana morresse em Lisboa, ele interromperia a Missa que celebrava em Sétubal e com lágrimas nos olhos avisaria aos fiéis que acabara de ter uma visão: a Rainha estava morta. Apreciava lances dramáticos, teatrais. Sua linguagem quer significar isso mesmo. Era assim que comovia as pessoas que lhe ouviam as prédicas, era desse modo que sua fama de santo, de homem que operava milagres, se espalhava pelo Nordeste.

Toda essa matéria documental de que travei conhecimento em arquivos diversos dá ensejo a perguntas, tais como: que tipo de evangelização queriam os portugueses para o Brasil? Teria a missão jesuítica italiana uma visão particular de evangelização? Que significados teria no Brasil o silêncio que se criou em torno do nome de Malagrida?

Quanto ao ineditismo ou não de suas cartas, chamo a atenção para o fato de que a maioria delas foi utilizada como matéria-prima das biografias sobre ele escritas. Entretanto, das cartas elas mesmas, poucas vieram a lume ao longo desses quase dois séculos e meio desde a sua morte. E as que o foram, foram publicadas sem o necessário rigor filológico, o que só uma edição crítica cuidadosa poderá lhes imprimir. Intento seguir nessa direção, pois acredito que somente um estudo mais detalhado de todas as cartas de Malagrida, numa edição que resgate a legitimidade desses textos permitirá o desvendamento de mais um olhar na construção desse Brasil plural.

\* Profa. Dra. - UnB – Universidade de Brasília

### **Referências bibliográficas**

[Magalhães e Brito (de) Francisco] *Sunto del processo contro il Gesuita Gabriele Malagrida. [segue:] [Parisot, Pierre-Curel] Relazione della condanna ed esecuzione Del Gesuita Gabriel Malagrida.* Lisboa: A. Rodríguez Galhardo, 1761.

P. Felice Ciampi S.I., *Storia di Gabriele Malagrida della Compagnia di Gesù, apostolo Del Brasile nel secolo XVIII applicato e bruciato sulla piazza pubblica di Lisbona il 21*

settembre 1761 scritta dal P. Paolo Mury S.I.; prima versione italiana del P. Felice Ciampi, manoscritto in Bressanone nel convitto Fagnani (1872-1873) – 214p., Inv. 10517. Contiene una lettera di P. Saggin al P. Lorenzo Tognetti.

SOMMERVOGEL, Carlo, S.I. *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus tome V*, Bruxelles/Paris: Schepens/Picard, 1894, col.394-5.

LEITE, Serafim, S.I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vol. Lisboa/Rio (1938-1950).

\_\_\_\_\_. *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

GOVONI, Ilario. *Padre Malagrida. O missionário popular do Nordeste (1689-1761)*, Porto Alegre: Liv. Padre Réus, 1992, 112p.

CARAYON, Auguste. *Bibliographie historique de la Compagnie de Jésus*, Paris: August Durand, 1864.

\_\_\_\_\_. *Documents inédits concernant la Compagnie de Jésus, vol. IX*, Poitiers, 1865.